

## ATUAÇÃO DOS TRADUTORES INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO REMOTO

Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret<sup>1</sup>  
João Guilherme Rodrigues Mendonça<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário epidemiológico mundial, causado pelo surto do Corona vírus (Covid-19), e da necessidade de isolamento social, a educação migrou para as telas dos computadores e celulares e o ensino passou a ser remoto e virtual. Essa alternativa, foi pensada para que não houvessem prejuízos no processo educacional, dando seguimento aos calendários acadêmicos no ano 2020 e que se estende até os dias atuais.

Pensando nessa nova modalidade de ensino, algumas inquietações nos cercam quando falamos na educação de surdos(as). Assim, apresenta-se como problema de pesquisa as seguintes indagações: quais dificuldades vêm sendo encontradas por docentes e estudantes surdos(as), como vem ocorrendo o processo formativo desse público, a inclusão e acessibilidade vem sendo viabilizada e ainda, os estudantes estão tendo acompanhamento dos TILS durante o ensino remoto? Essas indagações, justificam a necessidade da pesquisa, pois pretende-se que a mesma traga reflexões aos leitores quanto ao processo formativo do(a) aluno(a) surdo(a) e as práticas inclusivas praticadas em tempos de pandemia.

A temática é de grande relevância, pois além de algo novo, ainda não é possível apresentar todos os efeitos e impactos dessa migração, nem apresentar os prejuízos na formação

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (PPGEEPROF) - Doutorado Profissional em Educação Escolar. Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Especialista em Tradução e Interpretação da LIBRAS pela Faculdade Santo André – FASA e Educação Especial Inclusiva pela Universidade Norte do Paraná- UNOPAR, Licenciada em Pedagogia – Habilitação em Magistério das Séries Iniciais e Orientação Educacional pela Faculdade de Educação de Jarú – UNICENTRO. Tradutora Interprete de Linguagem de Sinais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia –IFRO e professora de Graduação e Pós Graduação da Faculdade de Educação de Jarú FIMCA/UNICENTRO. E-mail:marcia.moret@ifro.edu.br. Currículo disponível na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0061145463575427>.

<sup>2</sup> Professor orientador: Pós-doutor em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara (UNESP). Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Especialista em Gestão Escolar e Psicomotricidade. Graduado em Educação Física pela Escola de Educação Física de Volta Redonda e em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é docente no Mestrado Profissional em Educação Escolar e no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil/UNIR. Membro do Grupo de estudos do desenvolvimento e da cultura corporal - UNIR e do Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX) – UNESP. E-mail: jgrmendonca@unir.br. Currículo disponível da Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4283910757526854>.

desses (as) alunos (as), haja vista que vêm sendo ofertada a mesma educação para públicos com culturas e identidades distintas.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esse trabalho traz como aporte para essas reflexões: referências teóricas e experiências empíricas, que nos remete

pensar sob a óptica do(a) aluno(a), assim tem como objetivo geral, trazer a reflexão e fazer a analogia das dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo de ensino x aprendizagem, principalmente nesse momento de tantas incertezas e medos causado pela pandemia e isolamento social, assim, mostrar os comprometimentos na educação e buscar o respeito as diferenças culturais desse grupo minoritário. Desse modo, viabilizar melhorias e dinamização do processo educacional e intercultural desses sujeitos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Partindo da premissa que o(a) aluno(a) surdo(a) possui singularidades e necessidades específicas para sua inclusão e processo formativo, algumas ações precisam ser repensadas e viabilizadas, oportunizando assim, o acesso à educação. A exemplo disso, essa modalidade tem se destacado no aumento significativo de: *lives*, palestras, fórum, seminários e outros e com isso é preciso pensar na acessibilidade comunicacional desses sujeitos.

Quando destacamos o aumento de eventos acadêmicos e destacamos como são importantes para o processo formativo dos alunos (as), devemos pensar que esse aumento só terá sentido para o(a) surdo(a) se houver a tradução/interpretação e conseqüentemente o acesso desses(as) alunos(as) ao conteúdo.

Essa realidade não é diferente da modalidade presencial, porém com a migração da modalidade presencial para a virtual, o aumento desses eventos, requer acessibilidade comunicacional em Libras, e ainda vemos muitos desses eventos sem essa acessibilidade. Destaca-se ainda, a precariedade de alguns alunos quanto ao acesso às tecnologias, à internet, e na disponibilidade dos intérpretes de Libras para apoio em todas atividades acadêmicas.

Para que ocorra acessibilidade e inclusão da pessoa surda, é preciso um trabalho em parceria com os (as) profissionais Tradutores (as) Intérpretes de Língua de Sinais (TILS).

Segundo Rocha (2019, p.136).

Os estudantes surdos acessam os conteúdos orais por meio dos serviços de tradução e interpretação, porém, não se trata de apenas de um contato temporário [...], a relação entre TILS e estudantes surdos é prolongada, cotidiana, face-a-face e a sua ausência desses profissionais pode significar o não acesso aos conteúdos, práticas e serviços institucionais.



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

Desse modo, o(a) tradutor(a) intérprete é o elo de transmissão do conhecimento entre docentes e alunos(as). Essa transmissão ocorre quando fazem a tradução da fala do(a) professor(a) que são usuários da língua portuguesa para a língua materna do receptor (Libras).

Esse profissional não substitui o(a) docente de modo algum, mas facilita seu trabalho com o(a) surdo(a), quebrando as barreiras comunicacionais existentes e levando o conhecimento até o(a) aluno(a).

O professor(a) por sua vez, não pode deixar de ter o contato com o(a) aluno(a) surdo(a) e nem transferir a responsabilidade sobre o ato de ensinar, ele(a) precisa ter conhecimento sobre as diferenças linguísticas e culturais desses alunos e assim acompanhar seu processo formativo. Assim, afirmamos que durante todo processo educacional, deve ocorrer a parceria e diálogo entre professores(as) e tradutores(as) intérpretes pois existem diversos momentos que apenas os(as) TILS terão acesso a demandas e especificidades dos (as) estudantes surdos(as), e será o(a) único(a) capaz de solicitar ajuda e mediar esse atendimento, seja ele educacional, psicológico ou outros.

O professor(a) deve ainda, construir um plano que se comprometa na mudança da realidade desse aluno e que respeite a aprendizagem nos diferentes ritmos. Sendo o(a) principal responsável pela adaptação do(a) aluno(a) na escola, pois ele(a) é quem vai possibilitar a acessibilidade na classe regular. O(a) mesmo(a) deve trabalhar de forma sistemática, onde proporcione ao aluno(a) melhor participação e integração com os demais alunos da turma.

Quando falamos na parceria que deve existir, destacamos: o acesso aos conteúdos com antecedência, na discussão e esclarecimentos de dúvidas, no apoio e preparação dos materiais da aula, na troca de experiências, no feedback do processo de ensino e aprendizagem e outros.

O(a) profissional tradutor(a) intérprete deve traduzir não só para o(a) aluno(a), mas também para os(as) professores(as) que não sabem Libras. Exemplo disso, a correção de tarefas e provas deve ser acompanhada por esse profissional, sabendo que para as pessoas surdas a língua portuguesa é um sistema linguístico que geralmente não dominam.

Desse modo, acredita-se que o ensino remoto, tem acarretado prejuízos aos surdos(as) é sem sombra de dúvidas é importante destacar que não haverá qualidade no processo de ensino x aprendizagem se essa educação não for repensada, se não houver mais empatia e ainda um novo olhar sobre a perspectiva inclusiva.

A referida Lei destaca que a Libras não substituirá a modalidade língua escrita da língua portuguesa, todavia o meio de comunicação é a sinalização, assim para domínio da escrita torna-se necessário o ensino da língua com estratégias de ensino bilíngue.

Cabe ainda um adendo quanto as diferenças linguísticas e culturais desse grupo minoritário, pois diverge do modelo homogêneo das práticas e discursos geralmente valorizados. Portanto, “[...] o diálogo e uma postura receptiva aos conhecimentos tradicionais desse grupo poderia ser o primeiro passo para efetivar o processo de interculturalidade e valorização da diversidade” (ROCHA, 2019, p.135).

Desta forma, tornar acessível a educação desses alunos, significa conhecer as duas línguas, saber as diferenças gramática e linguísticas e ainda respeitar sua cultura e identidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inclusão escolar requer mudanças de comportamento, de ótica e da própria prática educativa, para isso é preciso um novo olhar sobre o foco de aprendizagem, um novo entendimento sobre o processo de avaliação e do que é educar. Desse modo, Severino (2006, p.621) corrobora com a afirmação de que “[...] ninguém nasce pronto é preciso adaptações rotineiras no ambiente e condições para sua formação”. Assim, pode-se afirmar que para que haja a inclusão é necessário estratégias facilitadoras, como: incentivo, interação entre alunos e professores, aceitação, materiais didáticos e principalmente ajuda mútua.

A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado nos direitos humanos e defende os alunos de forma igualitária, onde todos devem ter o mesmo tipo de educação, ou seja, educação de qualidade. A visão dos direitos humanos tem como conceito a cidadania fundamentada no reconhecimento das diferenças, que significa respeitar o próximo conforme a sua deficiência ou necessidade.

Nessa perspectiva de inclusão e multiculturalismo e sabendo que a surdez é hoje abordada nessa particularidade cultural do contexto multicultural, devemos pensar na educação de surdos(as), principalmente nesse atual cenário de isolamento social, causado pela pandemia Corona vírus (Covid-19), levando em consideração as especificidades, língua, cultura e identidade desse grupo.

Candau (2008, p. 54) corrobora com essa discussão ao afirmar que o desenvolvimento de uma educação intercultural é uma questão complexa, atravessada por tensões e desafios. Exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. Para ela, as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Portanto, trata-se de afirmar uma

perspectiva alternativa e ir contra hegemônica construção social, política e educacional. Assim, a própria autora traz que “[...] as relações entre educação e cultura nos provocam a situar-nos diante das questões colocadas hoje pelo multiculturalismo no âmbito planetário e de cada uma das realidades nacionais e locais em que vivemos” (CANDAUI, 2008, p.17).

Partindo da premissa, esse grupo minoritário, está calejado de sofrimentos, exclusão e preconceitos. Torna-se necessário pensar na acessibilidade educacional, nos mecanismos de facilitação, recursos e práticas a serem utilizadas e implementadas para viabilizar o acesso da pessoa surda aos conteúdos curriculares e no seu desenvolvimento.

Outro importante passo, é a preparação de materiais, usando sempre imagens que façam a conexão com o conteúdo, respeitando assim sua cultura espaço-visual.

O trabalho com as tecnologias, também é de grande relevância para o ato de ensinar, isso porque potencializa o interesse dos(as) alunos(as) e viabiliza buscas e pesquisas de novos conhecimentos.

Nesse momento de grande uso das redes, pensar na educação sem aliá-la a tecnologias é impossível e quando falamos na educação das pessoas surdas, o cuidado com a acessibilidade comunicacional deve ser priorizado. Um exemplo disso: durante qualquer aula ou explicação de conteúdos seja assíncrona ou síncrona, deve ocorrer a participação do(a) intérprete de Libras; as atividades propostas devem ser conduzidas pensando nas diferenças linguísticas e culturais, as avaliações devem contar também como o apoio dos(as) TILS, reuniões/palestras e outros eventos disponibilizados pelas plataformas como: *meet* e *zoom*, também devem ter o apoio de interpretação. É preciso pensar em todos os momentos de aprendizagem e dar acesso a toda programação institucional e acadêmica, o(a) aluno(a) surdo(a) não pode ser excluído(a).

Quando falamos nesse trabalho de tradução de uma língua majoritária para uma minoritária, sabe-se que muitas vezes é ofertado e cobrado do(a) aluno(a) surdo(a) a mesma competência e destreza que possui o(a) aluno(a) ouvinte, sobre a língua portuguesa. Porém deve-se ressaltar que o(a) aluno(a) surdo(a) não é dominante da mesma e que possui sua língua materna – Libras (L1) já reconhecida pela Lei 10.436/02.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa identidade é formada pela fusão de elementos de diversos sistemas culturais e esse entendimento deveria ajudar a considerar os valores e instrumentos da cultura surda, mas a grande preocupação é que o(a) surdo(a) é cobrado(a) nas pautas culturais ouvintes e isso nos leva a refletir sobre a educação em nosso País, principalmente na educação básica, onde a língua



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

portuguesa deve ser ensinada e cobrada como segunda língua – L2, pautando-se na educação bilíngue. O problema é que a prática da teoria bilíngue nas escolas regulares ainda não é comum, o que leva muitos profissionais a defender a ideia equivocada sobre a escolarização desses sujeitos.

Portanto, devemos pensar que a escola tem a responsabilidade de se adaptar à nova realidade, de repensar suas práticas e de levar o conhecimento a todos os seus alunos(as), independente da sua deficiência ou limitação. A escola deve ser pensada como um espaço atrativo, que proporcione alegria aos alunos(as), lhes oferecendo oportunidade de acesso ao processo formativo de cidadãos críticos, capazes de atuar na sociedade e exercer seus direitos e deveres.

Considerando todas as afirmativas sobre bilinguismo, podemos afirmar que esta proposta deve ser de fato implantada nas escolas durante o processo de ensino e aprendizagem das pessoas surdas, pois será a única capaz de minimizar os fracassos escolares e garantir que os(as) mesmos(as) tenham oportunidade de se desenvolver, tanto no cognitivo quanto nas suas relações sociais.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Surdos. Identidade. Cultura.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.436/2002, 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso: em 14 ago 2021

BRASIL. **Decreto Nº 5.626/2005, 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 02 ago 2021

QUADROS, R. M. & PERLIN, G. **Estudos de Surdos II** (org.): Arara Azul, Rio de Janeiro, Petrópolis, 2007.

QUADROS, R. M. de Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. **Estudantes Surdos como Minoria Linguística no Ensino Superior: reflexões sobre especificidades**. 2019. In: MIRANDA, D; FREITAS, L. Educação de Surdos: Possibilidade e Desafios. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.